

Superintende de Regulação da FenaSaúde apresenta dados que comprovam o alto índice de gastos na Saúde Suplementar

Nesta segunda-feira (2), a Comissão de Direitos Humanos (CAS) do Senado Federal realizou audiência pública a fim de debater a atuação dos planos de saúde e as possíveis alterações na Lei do setor. Na oportunidade, o superintende de Regulação da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), Sandro Leal, participou do debate e rebateu informações que estão sendo disseminadas de que os planos de saúde tiveram um aumento de lucro extraordinário e que o setor propõe a inclusão de coparticipação de 50% em internações. “São duas informações sem fundamento que estão sendo veiculadas para distorcer a atuação das operadoras em detrimento do debate técnico, baseado em números”, frisou Leal.

Segunda pesquisa elaborada pelo Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde (DIOPS) da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a receita das operadoras fechou 2016 em R\$ 165,6 bilhões. Uma diferença de apenas R\$ 400 milhões para a despesa total do mesmo ano.

O setor tem enfrentando diversos problemas que fazem com que os custos se elevem cada vez mais, como, por exemplo, desperdícios, incorporação de novas tecnologias, o volume de internações e as despesas com o envelhecimento das pessoas. “O Governo e a ANS precisam definir medidas para conter a expansão dos custos assistenciais. É preciso também incentivar o cuidado à saúde por meio de programas de prevenção”, reforça Leal.

Na Audiência Pública, participaram também Suriette Apolinário, secretário-geral da ANS, Aderval Paulo Filho, presidente da União Nacional das Instituições da Saúde Suplementar (UNIDAS), Salomão Rodrigues Filho, conselheiro do Conselho Federal de Medicina, Diego Cherulli, representante da Federação dos Aposentados do DF e Leandro Farias, representante do Movimento Chega de Descaso.

Fonte: CNseg, em 03.10.2017.